

# *Forestis*

BOLETIM TRIMESTRAL DA FORESTIS - ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO NORTE E CENTRO DE PORTUGAL • NÚMERO 8 • ANO 3 • MARÇO 1998

## AGRO98

De 22 a 26 de Abril vai decorrer a AGRO98 – Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação, em Braga. A *Forestis* estará presente com um stand para divulgar e promover o associativismo florestal.

### Semana verde na Galiza

Entre 27 e 31 de Maio vai decorrer em Silleda (Espanha) a Feira Internacional da Semana Verde da Galiza, que é constituída por uma Feira Florestal, uma Feira de Gado, uma Feira de Maquinaria Agrícola e uma Feira Hortofloral e de Jardinagem, entre outras.

### Seminário sobre o controlo de fogos florestais

A 12 de Maio de 1998 na Aula Magna da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

### Conferência sobre extensão florestal

O Núcleo de Dinamização Florestal da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro vai promover, no próximo dia 29 de Maio em Vila Real, uma conferência sobre Extensão Florestal intitulada: «Forestry in the context of rural development». Nesta conferência vão estar

presentes cerca de 80 especialistas em extensão florestal, oriundos de 20 países da Europa, para debater este tema.

### 3ª Conferência Ministerial para a protecção das florestas na Europa

Irã decorrer de 2 a 4 de Junho.

### BOISTERRA – Medida 2080

Durante o mês de Junho a *Forestis* vai acolher durante uma semana o grupo de trabalho europeu sobre arborização de terras agrícolas – BOISTERRA, do qual fazem parte Portugal, Espanha, França, Bélgica, Irlanda, Inglaterra, Alemanha, Dinamarca e Itália, estando a *Forestis* em representação de Portugal. Esta reunião tem como objectivos debater e analisar os últimos resultados deste programa nos diversos países, e a realização de uma visita de estudo a projectos executados no nosso país.

### A FOREXP098 – Salão Europeu de Silvicultura e de Exploração Florestal

Será de 10 a 12 de Julho, em Mio (Gironde-França). Se está interessado em participar a uma viagem à FOREXPO, contacte-nos!

# SUMÁRIO

Editorial	3
Vida da <i>Forestis</i>	6
Vida das Associações Florestais Sub-Regionais	11
Ficha Técnica	14

## FICHA TÉCNICA

BOLETIM TRIMESTRAL DA *Forestis* – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO NORTE E CENTRO DE PORTUGAL  
Nº 8

EDITADO POR: *Forestis* – AFNCP;

INSTITUTO DE BIOLOGIA MOLECULAR E CELULAR DA UNIV. DO PORTO, R. DO CAMPO ALEGRE, 823,  
4150 PORTO – TELF: 02 6006129 • FAX: 02 6090156 • EMAIL: forestis@mail.telepac.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA: RAINHO & NEVES, LDA. – SANTA MARIA DA FEIRA

COORDENAÇÃO: CAROLINA DOMINGUEZ

COMITÉ DE REDACÇÃO: EQUIPA TÉCNICA DA *Forestis*

NESTE NÚMERO COLABORARAM: CAROLINA DOMINGUEZ, ILÍDIO DE ARAÚJO, NUNO CALADO,  
ROSÁRIO ALVES, TERESA ALVES, FRANCISCO GILBERTO BERNARDES, MARGARIDA BARBOSA,  
ARMINDA COUTINHO, SÉRGIO MARABUTO

# EDITORIAL

## Cooperação entre o Estado e o movimento associativo do Norte e Centro de Portugal

Forestis

O convénio que o Ministério de Agricultura e a *Forestis* assinaram em 18 de Fevereiro representa o reconhecimento formal e institucional do papel relevante que a *Forestis* – Associação Florestal Norte e Centro tem vindo a desenvolver no sector florestal, nomeadamente no fomento do associativismo, na promoção do desenvolvimento florestal e na área da formação profissional. O Ministro sublinhou que «a *Forestis* é uma viva expressão federativa do movimento associativo (florestal), actuando principalmente onde predomina o minifúndio».

A *Forestis*, entidade sem fins lucrativos, que representa através das suas associadas directa e indirectamente mais de 1300 proprietários da região Norte e Centro, pretende continuar, através deste convénio e dos protocolos respectivos, a desenvolver um trabalho aprofundado com o objectivo de contribuir para uma política florestal adequada à realidade da pequena propriedade do Norte e Centro.

É na construção de um movimento sólido e vivo, com Associações fortes, próximas das preocupações dos seus associados e capazes de transmitir aos poderes públicos as suas necessidades que a *Forestis* continua a apostar. Fazendo parte destas associações os proprietários estão a contribuir para mais e melhor floresta.

A *Forestis* transmitiu ao Ministro as suas preocupações relativamente à continuidade do entusiasmo das pessoas que se empenharam na formação desta Associação e das sub-regionais que a compõem. Estas associações não podem, dadas as características do sub-sector, ter, como actualmente acontece, um horizonte temporal limitado com projectos de financiamento (PAMAF, Medida 4) a 4 anos de vista. A legislação que as apoia não deve ser uma mera adaptação da que foi orientada para o associativismo agrícola com objectivos a muito curto prazo.

# Que futuro para os baldios serranos:

## O caso dos baldios da Região de Basto

Comemora-se daqui a três anos o centenário da promulgação, pelo rei D. Carlos, do Decreto que definiu as responsabilidades do Estado no Regime Florestal do País, tendo em vista «assegurar não só a criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal de terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo nas montanhas e das areias no litoral marítimo».

Previu então a submissão obrigatória ou facultativa de terras ao Regime Florestal, salientando-se (artº 26) que, «sendo o Regime florestal, essencialmente de utilidade pública, incumbe por sua natureza ao Estado, podendo, entretanto, sob a tutela deste, ser desempenhado auxiliar ou parcialmente pelas corporações administrativas, pelas associações, ou pelos particulares individualmente». Previu-se também o regime dito «de simples polícia», pelo qual os proprietários que o requeressem podiam beneficiar do coutamento e polícia de seus terrenos desde que os arborizassem e conservassem as respectivas matas. Ao longo dos 96 anos de vigência do Decreto régio, apenas uma parte, embora significativa, dos baldios existentes no País foi submetida ao regime florestal dito obrigatório.

O decreto-lei 39/76, devolvendo às autarquias ou às «comunidades de compartes» a posse dos respectivos baldios, manteve no entanto a obrigatoriedade da sua submissão ao Regime Florestal, facultando-lhes a opção por uma de duas modalidades de gestão, com interferência maior ou menor do Estado, através da Direcção Geral das Florestas.

A avaliar pelo que se ouve nos círculos mais próximos dos laboratórios da política florestal do País, estará a avolumar-se nos seio da Administração Pública uma corrente de opinião favorável à constituição de uma Empresa Pública Nacional para a qual o Governo transferirá a administração, não só das Matas Nacionais mas também dos Baldios cuja gestão foi entregue ao Estado pelas respectivas Comissões de compartes ou Juntas de Freguesia, por haverem optado pela segunda modalidade de gestão prevista no artº 9º do Decreto 39/76.

Essa solução afigurar-se-á razoável se a questão for analisada apenas na perspectiva da Tecnocracia Alfacinha, mas não parecerá tanto, se for encarada na perspectiva do desenvolvimento económico e social das regiões a que os baldios pertencem, sobretudo quando se trate de regiões (como a de Basto) que tenham na exploração florestal a sua principal ou quase única fonte de rendimentos, e de suporte da respectiva população, e, nela, os baldios ocupem um lugar particularmente importante.

As grandes áreas de baldios encontram-se geralmente em regiões montanhosas, mais ou menos interiores, com pequenas áreas de solos agricultáveis, pouco atractivas para as actividades industriais, e portanto em regiões economicamente desfavorecidas, onde a manutenção de uma rede urbana de satisfatória densidade exige prodigioso engenho humano, e aproveitamento exaustivo de todas as possibilidades de criação de postos de trabalho.

É de prever que uma Empresa Pública de âmbito nacional, e centralizada, venha a obedecer quase cegamente à lógica do lucro empresarial, para cujo cálculo se contabilizam apenas os custos e benefícios atribuíveis à Empresa, olvidando custos pagos a médio e longo prazo pelas

comunidades responsáveis pela manutenção e defesa das florestas, e menosprezando benefícios que elas poderiam auferir de uma gestão mais comprometida com a sustentação e desenvolvimento da comunidade regional.

Já estamos habituados a ver o País gerido por uma pleiade de meros contabilistas empresariais (impropriamente apelidados de Economistas) para quem Portugal não é uma comunidade de cidadãos com História, Cultura e Vida próprias (a preservar e continuar), mas apenas um aglomerado amorfo de empresas, por via das quais o cidadão português é posto ao serviço de um reduzido número de gerentes e administradores (muitas vezes pouco escrupulosos) e tratado como um «garrano» que pasta em liberdade pela serra e se vai buscar ao monte para lhe deitar o selim e por o freio, quando o pretenso dono resolve fazer uma «viagem».

É pois de prever que os gerentes de uma empresa pública centralizada estejam mais interessados na simplificação dos respectivos processos administrativos e produtivos, do que na implantação de uma Silvicultura de objectivos múltiplos, que procure explorar exaustivamente as potencialidades económicas do território em que se inserem os baldios, criar na região o máximo de postos permanentes de trabalho, e potenciar o desenvolvimento das outras empresas regionais, de modo a maximizar a eficácia social da Economia regional e não apenas a de uma das suas empresas, por mais importante que ela seja. Por outro lado a sua atitude em relação aos proprietários de terrenos confinantes ou encravados nos perímetros baldios irá naturalmente no sentido de os subordinar à sua lógica de Empresa absentista, em vez de colaborar com eles para que possa ser feita uma gestão concertada de perímetros florestais pertencentes aos mesmos proprietários, se bem que nos baldios o sejam de forma colectiva (sem repartição territorial dessa propriedade). Pelo menos no que respeita ao ordenamento florestal com vista à prevenção e combate aos incêndios, ele deveria englobar todos os terrenos que façam parte de uma mesma mancha florestal contínua, independentemente da forma jurídica dos respectivos títulos de propriedade.

Numa primeira avaliação da questão, afigura-se

que, para regiões (ou sub-regiões) em tais condições, seria mais interessante criar nelas uma Empresa Regional «de capitais mistos», em que se envolvesse as autarquias, os compartes dos baldios através dos respectivos Conselhos Directivos, os produtores autónomos, e porventura outros interessados na fileira florestal da região, e que se habilitasse a gerir não apenas aos baldios, mas também as matas privadas inseridas nos mesmos compartimentos territoriais em que aqueles se situam, quando fosse do interesse das duas partes a integração delas no mesmo plano de gestão. Essa Empresa poderia também propôr-se prestar alguns serviços aos produtores autónomos da Região quando tal resultasse benefício para as duas partes.

Em regiões, como a de Basto, onde exista uma avultada área de baldios, capaz de assegurar a viabilidade económica de uma tal Empresa, deverão os responsáveis pela administração dos mesmos, meditar, de preferência em concílio, sobre as implicações regionais de quais medidas que para o nosso Sector Florestal venham a ser decretadas pela Administração Central, e prepararem-se para atempadamente fazerem ouvir as suas opiniões sobre essa matéria, sem esquecer que se trata de assunto que interessa a toda a comunidade regional e não apenas aos responsáveis pela gestão de cada parcela de floresta. É tempo de os interessados na sobrevivência do «burro» dizerem de sua justiça sobre o que lhes parece ser a melhor forma de o conduzir e albardar, e não se remeterem à posição cómoda (mas irresponsável) de que não vale a pena preocuparem-se com isso, porque... «o que é de todos não é de ninguém». Neste caso, a sobrevivência de muitas explorações individuais pode estar dependente da gestão que se fizer das vizinhas explorações comunitárias.

# VIDA DA *Forestis*

## Cursos de formação para 1998

O plano de formação profissional para 1998 que a *Forestis* elaborou já foi analisado, tendo sido aprovados os seguintes cursos:

### 5 cursos para técnicos:

- Intervenções Silvícolas na Prevenção de Incêndios (de 12 a 16 de Janeiro);
- Fogos Controlados (de 17 a 20 de Fevereiro);
- Aplicações de GPS na Floresta (6 a 10 de Julho);
- Cubicagem, Avaliação e Comercialização de Material Lenhoso (de 14 a 25 de Setembro);
- Cartografia Assistida por Computador (de 12 a 16 de Outubro).

### 10 cursos para proprietários:

- 2 cursos de Associativismo, Gestão e Defesa Florestal (para a Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho e Associação Florestal de Entre-Douro e Vouga);
- 8 cursos de Gestão e Protecção da Floresta (para as Associações do Lima, Minho, Sousa e Grande Porto).

Estão ainda em fase de análise um curso de «Extensão Florestal» (28 de Abril a 12 de Maio) e outro de «Fogos Controlados» (previsto para Novembro) para técnicos, um curso para Dirigentes das Associações Locais, um curso para a Organização Administrativa e Financeira das Associações e dois cursos para Trabalhadores Rurais e Mão de Obra especializada.

## Decorreram dois cursos sobre a prevenção contra os incêndios

Decorreram já dois cursos para técnicos florestais, nomeadamente o curso de «Intervenções Silvícolas na Prevenção de Incêndios» e o curso de «Fogos Controlados», nos quais foram formados 32 técnicos das seguintes instituições:

- 9 Associações Florestais Locais, Direcção Geral das Florestas, Parque Nacional da Peneda-Gerês, Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Parque Natural da Serra de S. Mamede, Parque Natural do

Montesinho, Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior, Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, Estação Florestal Nacional, IFADAP-Porto, Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais-Universidade de Coimbra e *Forestis*.

O curso de «**Intervenções Silvícolas na Prevenção de Incêndios**» teve como formadores o Eng<sup>o</sup> Moreira da Silva (*Forestis*), Prof. Dr. Angelo Oliveira (Instituto Superior de Agronomia), Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria do Loreto (Escola Superior Agrária de Bragança), Eng<sup>o</sup>. Eduardo Alves (Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes) e o Prof. Dr. Francisco Rego (Estação Florestal Nacional). Constou de sessões teóricas onde foram abordados temas como os diferentes tipos de intervenções silvícolas no coberto (escolha das espécies, etc), no sub-bosque (fogo controlado), etc. Foi ainda efectuada uma visita de estudo ao Perímetro Florestal de Entre Vez e Coura onde os formandos puderam observar as diferentes técnicas ministradas nas várias sessões teóricas.

O curso de «**Fogos Controlados**», que teve como formadores o Eng<sup>o</sup> Moreira da Silva (*Forestis*), o Prof. Dr. Hermínio Botelho (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) e o Eng<sup>o</sup>. Luis Ruas (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), tinha um cariz de âmbito prático. Pretendia-se que os formandos executassem a técnica do fogo controlado. As sessões decorreram no Baldio de Riba d'Âncora, tendo sido efectuada fogo controlado em diversas situações. Foi também efectuada uma visita de estudo ao Perímetro Florestal de Entre Vez e Coura onde foi possível observar várias áreas onde se havia feito fogo controlado em diferentes situações, como a idade do povoamento, e com diferentes espaçamentos temporais.

Ambos os cursos foram considerados um êxito, tendo a *Forestis* sido bastante elogiada pela importância dos temas seleccionados, pela qualidade dos formadores, visitas de campo, aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, etc.

A *Forestis* quer também manifestar os seus agradecimentos ao Conselho Directivo do Baldio de Riba d'Âncora, sócio da Associação dos Produtores Florestais do Vale do Minho, por ter autorizado a utilização do baldio para o curso de

Fogos Controlados e à Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho com a colaboração do mestre Rodrigues e dos Sr. Cunha e guarda florestal Cunha.



Antes do fogo controlado.

## Fogo controlado: uma «ferramenta» para o florestal

O Fogo controlado não pode ser aplicado sempre que se deseja nem em quaisquer condições.

Não é a panaceia milagrosa que resolva totalmente um dos mais graves problemas dos proprietários florestais, que é o incêndio das suas matas.

Mas é de aplicação barata e de resultados muito satisfatórios quando a calamidade acontece porque diminui a intensidade do fogo e facilita o seu combate.

De origem remota que se perde na pré-história, principalmente para o melhoramento das pastagens, a técnica do fogo controlado tem sido adaptada com muito sucesso na defesa de povoamentos florestais tão sensíveis ao fogo selvagem como os do nosso pinheiro.

Conhecimentos técnicos e cabeça fria para travar entusiasmo que o fogo atíça, são necessários para que essa «ferramenta» resulte e seja cada vez mais utilizada com sucesso.

A *Forestis* faz esforços nesse sentido **mas exige-se que se profissionalizem e credenciem os seus utilizadores.**



Depois do fogo controlado.

## A Floresta na escola

É com muito entusiasmo que as escolas, continuam a requisitar junto de cada Associação Florestal sub-regional, as diferentes acções de sensibilização sobre a floresta que a *Forestis* desenvolveu através do projecto «a Floresta na Escola». O diaporama que aborda os temas: o que é a floresta, por quê protegê-la e como, tem tido muito sucesso, especialmente para a **preparação do dia Mundial da Floresta**. As escolas que participaram têm agora a possibilidade de requisitar a brochura «Passear na Floresta» que permite às crianças, de uma maneira didáctica e «*in loco*» brincar a conhecer a floresta.

Aproveitamos para agradecer o apoio da Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais (CNEFF) do Ministério da Administração Interna para realização das diversas acções.

## A *Forestis* assinou um convénio com o Ministro da Agricultura e 2 protocolos com a Direcção Geral das Florestas

O convénio assinado em 18 de Fevereiro entre a *Forestis* e o Ministério de Agricultura (ver editorial) prevê uma estreita colaboração entre as duas instituições para um leque de actividades relativas a Planeamento e Ordenamento Florestal, Apoio Técnico a Projectos, Formação Profissional, Fomento do Associativismo, Extensão Flo-



restal, Técnicas de silvicultura e práticas florestais e Estatísticas.

Na mesma sessão foram assinados 2 protocolos com a DGF imediatamente homologados pelo Ministro de Agricultura, um sobre associativismo florestal e outro sobre extensão florestal, representando estes os primeiros dos que irão ser assinados no âmbito do convénio.

Embora sejam necessários maiores meios para poder desenvolver o trabalho que nos temos proposto, este acontecimento significa já «uma luz ao fundo do túnel» como disse o Presidente da *Forestis*, o Eng<sup>o</sup> José Moreira da Silva, aquando da assinatura.

## A *Forestis* participou activamente no 1<sup>o</sup> Simpósio de Aproveitamento de Resinas Naturais (em Segóvia – Espanha)

O primeiro simpósio internacional do aproveitamento das resinas naturais permitiu, com a participação de todos os representantes das instituições públicas e privadas ligadas ao sector resinero, discutir as condições actuais e o futuro da fileira, numa perspectiva de devolver à Europa o seu antigo lugar de liderança mundial.

No Simpósio, onde participaram mais de 2 centenas de pessoas, a *Forestis* moderou duas das oito mesas temáticas. A Carta de Segóvia, entregue no encerramento ao representante da Comissão Europeia foi o resultado da ampla discussão decorrida durante o Simpósio.

### Carta de Segóvia

Reunidos em Segóvia, os representantes europeus do sector da resinagem do pinho, e com a vontade de relançar a actividade para gerar produtos naturais renováveis e competitivos, ocupando as populações locais, melhorando assim a qualidade da vida rural, mantendo e ampliando o capital resinero e florestal, contribuindo para a luta contra o fogo e travar o avanço da desertificação mediterrânica, concordam em exigir das administrações os seguintes pontos:

1. Aplicar os meios necessários para a investigação e o desenvolvimento de métodos e mecanização da resinagem dos pinhais e de seus produtos nas circunstâncias actuais.
2. Desenvolver a criação de árvores «plus» de alta produção para utilização na reforestação.
3. Adequar às circunstâncias do meio rural uma Legislação Laboral e de Formação Profissional que favoreça a resinagem.
4. Facilitar a criação de mesas sectoriais, associações e outros meios de coesão do sector, assim como métodos de coordenação entre os mesmos.
5. Criar um Comité Consultivo de Resinas da União Europeia com o fim de influir na legislação comunitária, nos conteúdos agrários, meio ambientais e sócio-económicos, integrando a resinagem na estratégia florestal europeia com particular acento para a floresta mediterrânica.
6. Criar uma legislação unitária dinâmica e respeitosa das regras da competitividade internacional relativas à resinagem e derivados no seio da União Europeia contemplando apoios fiscais para as matas destinadas a essa actividade.
7. Integrar a resinagem dentro das actividades de luta activa e passiva contra os incêndios florestais.
8. Integrar a protecção florestal relacionada com a resinagem dentro dos programas de protecção das culturas agrícolas.
9. Manter a actividade e ampliar o saber fazer resinero em quanto se atinjam total ou parcialmente os pontos anteriores para evitar que falte o patamar necessário para a continuidade.
10. Estender as tecnologias e intercâmbios no marco da cooperação euromediterrânica seguindo assim o estipulado na declaração de Barcelona – 94.

Feito em Segóvia, em 6 de Fevereiro de 1998, assinado pelas diversas partes (produção e industriais europeias).

A Carta foi assinada pela *Forestis* como representante do sector produtivo português, tendo sido eleita Presidente para representar o sector primário junto da Comissão Europeia, (o Grupo Industrial Espanhol foi eleito Presidente pela indústria Europeia).



## Tomada de posse no Conselho Regional Agrário de Entre-Douro e Minho

A *Forestis* esteve presente na tomada de posse do Conselho Regional Agrário de Entre-Douro e Minho em 25 de Março. Esperamos que esse órgão consultivo, no que respeito à floresta, per-

mita fomentar um debate construtivo entre todos os interessados na fileira florestal dessa região.

Pela sua parte, a *Forestis* disponibiliza-se desde já para construir no sentido de transmitir os interesses dos proprietários desta região.

## A *Forestis* – sócia fundadora da Associação para a valorização da Floresta de Pinho

A *Forestis* participou na assinatura da escritura da Associação para a valorização da Floresta do Pinho no passado dia 23 de Março com a presença do Sr. Ministro de Agricultura, Eng<sup>o</sup> Gomes da Silva, no Hotel Sheraton, no Porto.

Congregados nesta entidade, cujo objectivo essencial é o de aumentar em quantidade e em qualidade a produção do pinheiro, estão, além da Sonae e da Portucel, a Direcção Geral das Florestas, Instituto de Tecnologia Química e Biológica (IBET), Estação Florestal Nacional, Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal (AIMMP) e a FPPF.

A *Forestis* espera que, através desta parceria entre os diferentes agentes ligados à fileira do pinho, sejam coordenadas as acções no sentido de responder melhor às necessidades dos proprietários florestais desta região.

## Prestações de serviços

### Elaboração e acompanhamento de projectos efectuados pelo «movimento *Forestis*»

Como é do conhecimento generalizado dos nossos associados, o PDF (Plano de Desenvolvimento Florestal) e o Reg. 2080/92 são os programas actualmente em vigor que financiam projectos de arborização em terrenos florestais e terras agrícolas, respectivamente.

A *Forestis* e as Associações Sub-Regionais a ela associadas têm vindo a desenvolver um trabalho considerável neste âmbito, elaborando e acompanhando a execução de projectos florestais financiados por estes programas. Queremos, no entanto, recordar que muito ainda há por fazer e que por maior que seja o empenho e o esforço de proprietários e técnicos, há um factor incontornável na região Norte e Centro de Portugal, a reduzida dimensão da propriedade. Não é possível pensarmos em arborizar ou limpar as nossas matas de 1, 2 ou 5 ha e esperar

tirar daí rendimentos económicos significativos ou a tão desejada protecção contra incêndios.

A floresta ordenada, limpa, com infra-estruturas que permitam a protecção e combate contra incêndios, só é possível em áreas com dimensão. A solução é associar propriedades para um projecto de floresta comum. É importante recordar que não se trata de trocar terras ou perder o direito de propriedade, mas sim em conjunto promover acções que de uma forma solidária permitam elaborar e executar um projecto de floresta que seja útil a todos os proprietários intervenientes. Só desta forma podemos tornar milhares de propriedades florestais em explorações produtivas.

Senão pense, será que faz sentido limpar 2 ha de floresta no meio de uma área de 10 ha que continua com matos? Será que faz sentido construir caminhos numa área de 10 ha se nas propriedades vizinhas não se puder abrir ligação para a estrada camarária ou nacional que permita o acesso às viaturas dos bombeiros?

A resposta é não, ou então como diria o poeta «tudo vale a pena quando a alma não é pequena», mas, se a alma não é pequena vamos voar mais alto. Vamos construir uma floresta sustentável e rentável. Vamos juntar para reinar. Vamos esquecer o individualismo para individualmente ganharmos mais!

É claro que pôr em ordem uma propriedade florestal requer o interesse e o esforço do seu proprietário pois, há uma grande inércia no sistema. Por isso, existimos nós – **o movimento associativo *Forestis*, damos-lhe apoio técnico e informação útil, estamos presentes no terreno com 12 Associações Florestais. Venha ter conosco, não desperdice um recurso tão precioso, cuide da sua floresta.** Em seguida revelamos números que provam que outros com a nossa ajuda já o conseguiram.

**Quadro – Campanha de projectos de 1996-97 do «Movimento *Forestis*»**

	REG. 2080/92	PDF	Área total
<i>Forestis</i>	11	9	191,6
APF do Vale do Minho	8	17	967,2
AF do Lima	8	8	65,3
AF de Basto	30	42	464
AF do Vale de Sousa	80	83	1842
AF de Entre Douro e Tâmega	1	1	8,7
AF do Vale do Douro Norte	6	6	97
AF do Grande Porto	8	2	24,7
AF de Entre Douro e Vouga	2	3	11,8
AF de Celorico da Beira	19	19	343
AF do Cávado	5	4	150,6
<b>TOTAL</b>	<b>178</b>	<b>194</b>	<b>4165,9</b>

### **Levantamentos Cartográficos GPS**

O serviço de levantamentos cartográficos continua a ser bastante requisitado pelos nossos associados que vêem neste serviço grande utilidade não só quando pretendem fazer projectos florestais para as suas áreas, mas também quando adquirem terrenos dos quais não sabem a área exacta ou simplesmente quando não têm nenhum registo em mapa do seu património. Este tipo de levantamento além de mais económico do que um levantamento topográfico normal é muito menos moroso e atinge uma precisão suficiente para os objectivos em causa. No ano de 1997, a *Forestis* além dos levantamentos para os projectos que elaborou, efectuou mais 25 levantamentos em resposta às solicitações dos associados.

Se estiver interessado neste serviço contacte-nos. **Para uma boa gestão da terra é fundamental ter um cadastro actualizado das propriedades.**

### **Avaliação de material lenhoso**

Saber o que temos na nossa mata e quanto vale, é concerteza um anseio de todos. A *Forestis* ou as Associações Florestais da sua região podem dar-lhe essa resposta. Existem formas tecnicamente correctas de avaliar o volume de madeira em pé que existe na sua propriedade e podemos ajudá-lo a saber o preço justo a que pode vendê-la.

O preço da madeira depende não só das flutuações de mercado mas também da dimensão das árvores, da sua forma e da qualidade da madeira.

Seja mais exigente com os madeireiros, mostre-lhes que não anda distraído, chame o técnico da sua associação para o ajudar.

Através de algumas medições feitas pelo técnico no terreno e de alguns cálculos, pode saber quantas árvores tem, quanto medem, que volume perfazem, dados importantes para uma venda justa.

### **Avaliação de material lenhoso em povoamentos irregulares**

A grande maioria das florestas do Norte e Centro de Portugal podem ser caracterizadas como povoamentos irregulares, o que torna a avaliação de material lenhoso nesses povoamentos extremamente difícil. A quase inexistência de estudos sobre este tema no nosso País, fez com que a *Forestis* decidisse responder a esta necessidade, feita sentir pelos técnicos das diferentes Associações Florestais Sub-Regionais.

Optou-se por realizar um estágio sobre este tema tão importante. O finalista em Engenharia

Florestal, Rui Guimarães, foi seleccionado para realizar este estágio, com a preciosa ajuda do Prof. Dr. Pacheco Marques da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, encontrando-se já a tratar os dados recolhidos no campo. Os resultados finais que forem obtidos, e que serão posteriormente difundidos pelos técnicos das Associações Florestais Sub-Regionais através de um curso de formação, constituirão uma importante contribuição para melhorar a avaliação do material lenhoso e valorizar os rendimentos dos proprietários florestais.

### **A *Forestis* participou no Congresso de SIG (Sistemas de Informação Geográfica) em Vila Real**

A *Forestis* esteve presente no seminário «Sistemas de Informação Geográfica no Sector Agrário», que decorreu nos dias 12 e 13 de Março na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

A *Forestis* através do seu técnico Sérgio Marabuto apresentou uma comunicação sobre o tema «**Carta de Aptidão Florestal para a Região Norte de Portugal**» que procurou mostrar o trabalho efectuado e as técnicas utilizadas. É de salientar a muita afluência de pessoas interessadas nos diversos temas tratados, desde simples curiosos sobre a questão, bem como diversos especialistas em SIG.

Não queremos deixar de salientar algumas comunicações que nos pareceram interessantes para o trabalho que estamos a executar. Para além das directamente ligadas ao sector florestal como as do Eng<sup>o</sup>. José Aranha sobre «Utilização de um SIG na vigilância de uma área Florestal», Eng<sup>a</sup>. Ana Sá e Eng<sup>a</sup>. Adélia Sousa sobre «Metodologia de avaliação do risco de incêndio» e a do Eng<sup>o</sup>. Rui Almeida sobre «Cartas de risco e sistemas de apoio ao combate de fogos», houve duas que nos indicaram caminhos a seguir no desenvolvimento da carta de aptidão, a do Prof. Vicente de Sousa com o tema «Utilização do método de Kriging na interpolação espacial das necessidades de água na cultura da batata» e a do Eng. Pedro Castro subordinada ao tema «SIG no planeamento de recursos hídricos – O modelo HidroGIS-3D».

Este congresso, além do seu interesse serviu para cimentar e alargar os conhecimentos que possuíamos numa área em rápida e constante evolução.

# VIDA DAS ASSOCIAÇÕES FLORESTAIS SUB-REGIONAIS

Associação de Produtores Florestais  
do Vale do Minho

Forestis

## Protocolo de cooperação entre a Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho e a Associação de Municípios do Vale do Minho para a elaboração e acompanhamento das candidaturas a apresentar à CNEFF

As seis CEFF's (Comissões Especializadas em Fogos Florestais) municipais do Vale do Minho, através do Programa de Defesa da Floresta Contra Incêndios da CNEFF (Comissão Nacional Especializada em Fogos Florestais), construíam e beneficiavam anualmente caminhos e pontos de água de forma isolada. Para além de se poderem criar situações de duplicação de infra-estruturas em determinadas áreas, em detrimento de outras mais carenciadas, as entidades dos municípios vizinhos, envolvidas no combate, desconheciam as acções realizadas, que poderiam de igual forma ser utilizadas no combate aos fogos florestais nas suas áreas de intervenção. As CEFF's do Vale do Minho julgaram ser conveniente a apresentação de uma candidatura intermunicipal abrangendo os 6 concelhos, mas sentiam que a capacidade técnica para a sua realização estava condicionada por dificuldades de meios humanos com especialização para o efeito.

Pelo protocolo estabelecido, em 13 de Novembro de 1997, a Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho, que possui um corpo técnico florestal, ficou responsável pela elaboração das candidaturas aos vários programas da CNEFF, nomeadamente:

- limpeza de matos – municipal;
- vigilância móvel motorizada – municipal;
- infra-estruturas pela primeira vez intermunicipal.

Para a realização das mesmas a associação florestal efectuou o levantamento das necessidades no terreno e auscultação de várias entidades. Como resultado apresentaram-se várias propostas de intervenção, com base em fundamentos técnicos adequados, que se aprovados na totalidade permitirão:

- reparação e construção de 11 pontos de água em 1998 e de 16 em 1999;
- reparação e abertura de 81,5 Km (1998) e 70 Km (1999) de caminhos florestais;
- reparação e abertura de 27 Km (1998) e 17 Km (1999) de corta-fogos;
- limpeza de 132 ha de matos ao longo dos caminhos;
- vigilância motorizada das áreas florestais.

A associação florestal elaborará, ainda, cartografia com a localização das infra-estruturas florestais, a fornecer às instituições que intervêm no combate (bombeiros, brigadas florestais, etc) pois, apesar de construídas para seu uso, frequentemente desconhecem a sua existência.

Com a dinamização deste projecto pretende-se obter uma diminuição de ocorrências de incêndios florestais e conseqüente diminuição das superfícies aridas no Vale do Minho, bem como uma melhor articulação entre as diversas entidades envolvidas na prevenção, detecção e combate.

# PORTUCALEA – Associação Florestal do Grande Porto

A **Portucalea**, no seu trabalho de apoio aos sócios, tem vindo a desenvolver contactos de divulgação com diversas entidades, Câmaras Municipais, Juntas de freguesia e Cooperativas Agrícolas. Estes contactos resultaram, entre outros, na realização de cooperações e possíveis protocolos.

A associação está, por exemplo, a desenvolver uma acção conjunta com a Cooperativa Agrícola de Vila do Conde para a divulgação e elaboração de projectos florestais (PDF), que contemplam a beneficiação das matas e rearboreização de arditos. Nesta zona onde o risco de incêndio é uma realidade, a aderência ao nosso trabalho foi e é grande, com cerca de 58 ha de beneficiação de matas e 8 ha de rearboreização de arditos já projectadas.

Do trabalho realizado junto das Câmaras Municipais para a promoção da floresta privada a nível concelhio, encontram-se em fase de concretização protocolos que visam a prestação de serviços técnicos florestais.

Ao nível da formação dos sócios na área silvícola, a **Portucalea** realizou já um curso de Gestão e Detesa da Floresta, em Outubro de 97, que teve grande aceitação por parte dos sócios que participaram. Assim, durante este ano realizaremos em colaboração com a **Forestis** dois outros cursos dentro desta área, um durante os meses de Junho a Julho (duas tardes por semana) e outro em Novembro.

Na prestação de serviços aos nossos sócios, nomeadamente conselhos técnicos sobre as suas áreas florestais e possíveis candidaturas a programas de apoio, a associação elaborou desde o seu

início 3 projectos de arborização de áreas agrícolas (Reg 2080/92) e 14 de beneficiação e rearboreização de áreas florestais com um total de 176ha sob intervenção. Desta área, 100ha são do projecto do agrupamento de Rates, que inclui parcelas de 43 proprietários florestais. O agrupamento de Rates é um projecto pioneiro, não só pelo facto de envolver um número elevado de proprietários, mas também pela vontade e força que estas pessoas demonstraram perante todas as contrariedades que surgiram. Neste momento o processo encontra-se em fase final de apreciação, estando a sua execução prevista para breve.

A **Portucalea** para desenvolver toda esta actividade candidatou-se a programas de apoio ao desenvolvimento e modernização florestal (PAMAF). As candidaturas da **Portucalea** a duas medidas deste programa foram aprovadas, existindo agora meios para que o trabalho possa continuar. A equipa de trabalho desta associação será constituída por uma técnica florestal e um administrativo.

A **Portucalea** vai em breve mudar de instalações, dado que até agora trabalhou em sede provisória cedida pela **Forestis**, no entanto o local desta futura sede ainda não está definido.

Perante este panorama, as expectativas geradas em torno ao nosso trabalho são cada vez maiores. O nosso objectivo de serviço aos sócios para uma melhor gestão e defesa da floresta privada responsabiliza-nos e responsabiliza cada um de Vós.

Teresa Neves

# ARBÓREA – Associação Florestal da Terra Fria Transmontana

No passado dia 25 de Janeiro de 1998 teve lugar uma reunião de Assembleia Geral da Arbórea, na qual foram eleitos os novos corpos sociais daquela Associação, por um período de 3 anos. Foi eleito Presidente da Direcção o proprietário florestal Dr. Eduardo Roxo.

A Direcção eleita teve conhecimento da aprovação do projecto apresentado pela Arbórea no âmbito do PAMAF – Medida 4 e deu início à concretização do mesmo através da contratação de meios humanos constituídos por um técnico florestal, Eng<sup>o</sup> Amândio Esteves, e por um quadro

administrativo, Martinho Martins. A actual Direcção da Arbórea optou por, numa primeira fase, concentrar os seus esforços num conjunto restrito de objectivos, nomeadamente:

- Acompanhamento de projectos florestais;
- Contactos com os associados no sentido de se fazer um levantamento das áreas florestais por espécie, de cada um, com vista à criação de uma base de dados;
- Contactos com as Juntas de Freguesia e Comissões de Compartes com a finalidade de se fazer o levantamento dos baldios de cada freguesia. Numa fase posterior será submetido à aprovação das Assembleias de Freguesias ou Compartes o projecto para cada baldio e será promovida a elaboração do plano de utilização do mesmo;

- Avaliação e comercialização de material lenhoso;

A associação esta a proceder a ensaios com vista à avaliação do material lenhoso, nomeadamente de carvalho para lenha, e iniciou contactos com comerciantes de madeira e de lenha no sentido de ser criada uma linha de comercialização para estes produtos. Os referidos comerciantes mostraram-se receptivos a esta ideia. Este número restrito de objectivos serve como ponto de partida para as actividades desta associação e insere-se num objectivo mais geral que é o de contribuir para o desenvolvimento florestal da Terra Fria Transmontana.

*Associação Florestal da Terra Fria Transmontana*

## Associação Florestal do Cávado

A AFC, integrada numa zona de alta densidade florestal, desenvolve acções de informação e planeamento com vista ao desenvolvimento florestal no Vale do Cávado. A necessidade cada vez mais urgente de tratar a floresta tem trazido a esta jovem Associação um número considerável de proprietários interessados em saber como proceder quanto à elaboração, execução e acompanhamento de projectos florestais ao abrigo da legislação portuguesa para o sector.

Esta associação, em colaboração com a *Forestis*, tem desenvolvido acções de sensibilização junto de escolas do 1º e 2º ciclo do ensino básico da área, com vista a transmitir às crianças a preocupação de proteger a floresta e alertá-las para a sua importância vital na vida humana.

Se é proprietário florestal no Vale do Cávado, colabore connosco!

*Arminda Couto*



## Desramações e podas de formação em espécies florestais

Com vista a tornarmos cada vez mais útil aos proprietários a leitura do boletim *Forestis*, iniciamos neste número a publicação da primeira de uma série de fichas técnicas que pretendem vulgarizar um conjunto de operações e técnicas florestais.

O objectivo principal é informar e formar os proprietários, por isso privilegiamos a linguagem prática e facilmente perceptível em detrimento da exactidão do vocabulário técnico que pensamos ter lugar noutro tipo de publicações.

Se tiver propostas sobre temas que gostaria de ver abordados nestas fichas, ou até opiniões acerca do formato desta ficha, escreva-nos. O boletim é um instrumento de divulgação dinâmico ao serviço dos associados.

### Poda de Formação

Supressão ramos laterais que competem directamente com a guia ou eixo principal da árvore e que prejudicam a verticalidade, rectidão e a própria estabilidade.

### Desramação

Corte de ramos ao redor do tronco de modo a eliminar os defeitos da madeira provocados por nós.

### Objectivos

- Escoamento mais fácil do produto
- Aumento do preço de venda
- Maior rendimento em volume de madeira
- Redução do tempo de corte

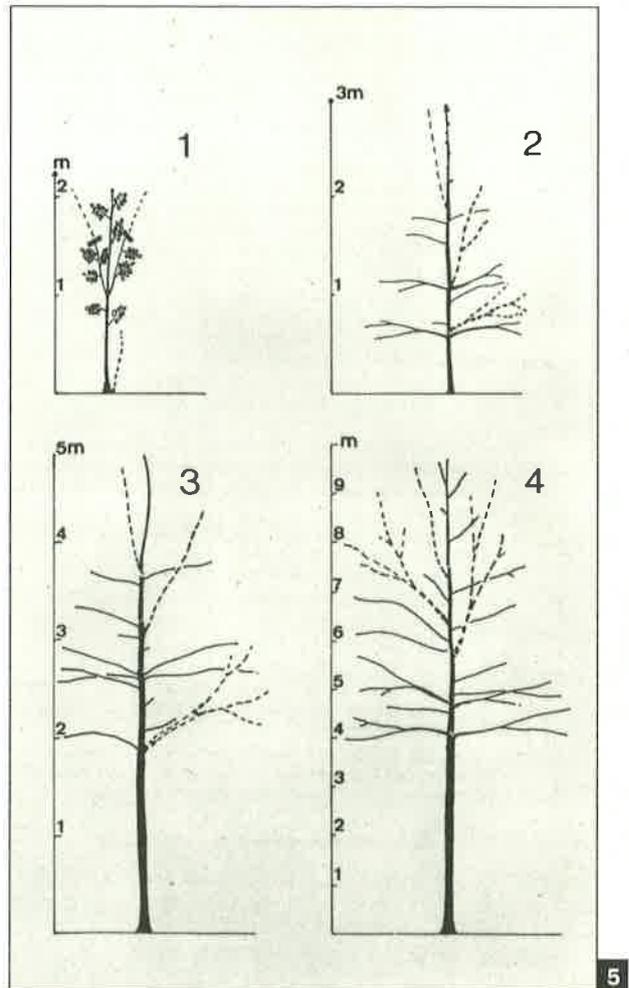
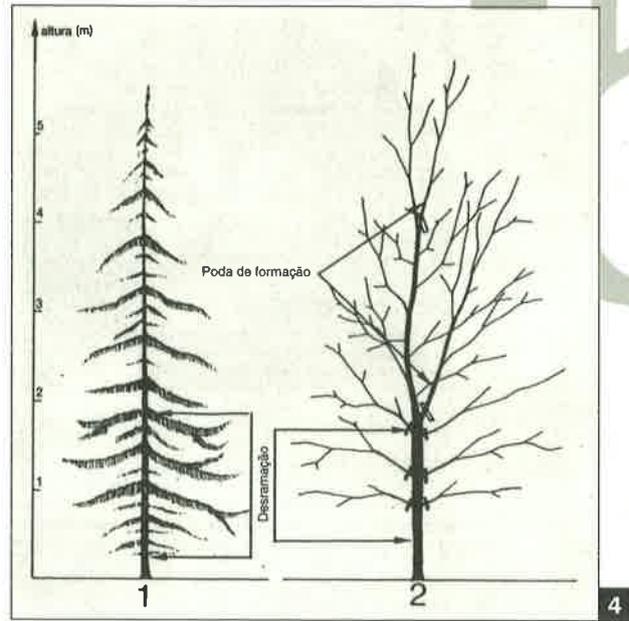
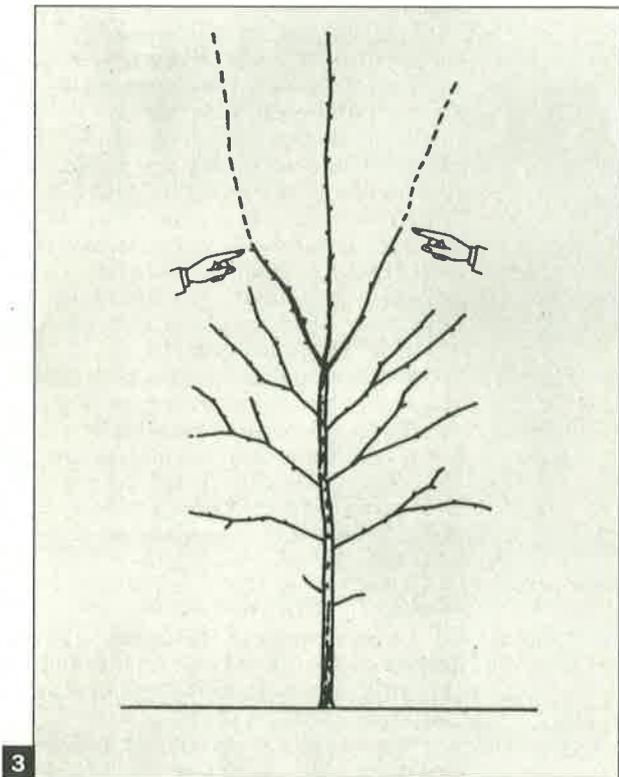
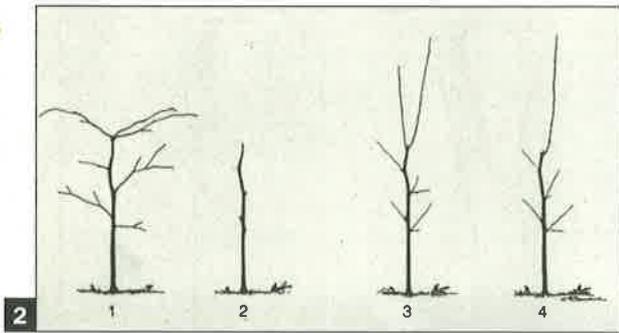
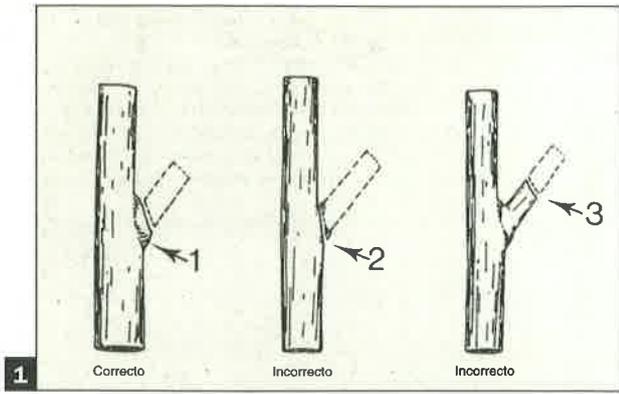
Este tipo de intervenções efectuadas correcta e atempadamente, aumentam a facilidade de comercialização da madeira, pois cada vez mais a tendência do mercado é de pagar a qualidade. Isto porque o industrial consegue na madeira «limpa» diminuir as quebras na transformação uma vez que passa a haver mais eficiência nas linhas de produção que trabalham com madeira sem defeito, o nível de transformação é também maior porque o material permite que os acabamentos sejam mais «finos».

Em termos do volume e tempo de corte final o produtor fica também a ganhar pois o toro torna-se mais cilíndrico e o seu crescimento dá-se mais rapidamente visto a eficiência no aproveitamento da água e nutrientes disponíveis para a árvore ser maior.

A aplicação destas técnicas constitui também uma vantagem na economia de um povoamento florestal. Note-se que se damos prioridade à qualidade logo na plantação o número de plantas pode ser menor o que diminui os custos de instalação, e torna o povoamento mais facilmente mecanizável.

Em seguida dá-se alguns exemplos práticos de podas e desramações. Contudo há que chamar à atenção que enquanto nas folhosas faz sentido efectuarem-se podas e desramações nas resinosas apenas há necessidade de se realizarem desramações.

Quanto maior for o espaçamento entre as árvores mais podas de formação e desramações terão que ser feitas, dado que as árvores tendem a alargar mais a copa e a engrossar os ramos.



**1** **Modo de cortar:** o corte deve ser feito com instrumentos limpos e afiados para minorar a ferida.

- 2**
1. Não existe eixo central e nenhum ramo toma a liderança;
  2. A planta foi completamente limpa;
  3. Os rebentos deram origem a novos ramos;
  4. Escolheu-se um dos ramos para liderar o crescimento em altura.

**3** Deve-se privilegiar a manutenção do eixo principal contando os rebentos laterais.

- 4**
1. Espécies resinosas apenas necessitam de desramação;
  2. Espécies folhosas na formação da copa precisam de ser podadas e depois desramadas.

**5** Evolução da poda de formação com o crescimento em altura.

## AVALIAÇÃO DE MADEIRA

A *Forestis* possui um serviço técnico de avaliação de madeira em pé, que se encontra à disposição dos sócios. Antes de vender conheça o valor da sua madeira, valorizando-a!

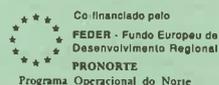
### ASSOCIAÇÕES FLORESTAIS SUB-REGIONAIS

ASSOCIAÇÕES	SEDE
ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO VALE DO SOUSA	Rua Infante D. Henrique, 94 • 4580 <b>Paredes</b> Tel. / Fax: (055) 783 979 • Telem.: (0936) 2752402
CELFOR	R. Andrade Corvo, Ed. Câm. Mun. • 6360 <b>Celorico da Beira</b> Tel. / Fax: (071) 741 307
ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO LIMA	Antigos Paços do Concelho – Praça. da República 4990 <b>Ponte de Lima</b> Telem.: (0931) 625 099 • Tel./Fax: (058) 944 103
ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE BASTO	Av. Capitão Elísio de Azevedo, Lt.14, 2º D 4860 <b>Arco de Baulhe</b> Tel. / Fax: (053) 665 309 • Telem.: (0936) 844 163
ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO CAVADO	Campo das Carvalheiras nº 1 • 4700 <b>Braga</b> Tel. / Fax: (053) 218 713 • Telem.: (0931) 764 745
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DO VALE DO MINHO	Largo dos Padrões, Bloco 4, • 4950 <b>Monção</b> Tel. / Fax: (051) 654 096 • Telem.: (0936) 773 990
ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO AVE	<b>Contactar a Forestis</b>
ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE ENTRE DOURO E TÂMEGA	Estrada Larga – Túias • 4630 <b>Marco de Canavezes</b> Tel./Fax: (055) 523 556 • Telem.: (0936) 235 42 85
ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO VALE DO DOURO NORTE	Antiga Câmara Municipal – Largo do Pelourinho • 5090 <b>Murça</b> Tel.: (059) 511 712 • Telem.: (0931) 955 40 42
PORTUCALEA (Associação Florestal do Grande Porto)	<b>(provisória)</b> Rua do Campo Alegre, 823 (IBMC) • 4150 <b>Porto</b> Tel.: (02) 600 61 29 • Fax: (02) 609 01 56
ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE ENTRE-DOURO E VOUGA	<b>(provisória)</b> Rua do Campo Alegre, 823 (IBMC) • 4150 <b>Porto</b> Tel.: (02) 600 61 29 • Fax: (02) 609 01 56
ARBOREA – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DA TERRA FRIA TRANSMONTANA	Ed. Casa do Povo – Largo do Toural • 5320 <b>Vinhals</b> Tel.: (073) 712 05 • Fax: (073) 713 40 Telem.: (0936) 502 134



RUA DO CAMPO ALEGRE, 823, 4150 PORTO • TELF: 02 6006129 • FAX: 02 6090156 • EMAIL: forestis@mail.telepac.pt

Entidades que patrocinam a *Forestis*



Instituto Florestal